

DISCURSO DE POSSE DE DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INVESTITURE SPEECH OF THE DEAN OF THE UNIVERSITY OF SÃO PAULO LAW SCHOOL

*José Rogério Cruz e Tucci**

- Magnífico Reitor, Professor *Marco Antonio Zago*, as minhas primeiras palavras são de agradecimento pela confiança em mim depositada, pela indicação de meu nome para assumir o honroso cargo de Diretor ao lado de meu estimado Amigo, Professor *Renato Mello da Silveira*, nomeado Vice-Diretor;

- Magnífico Vice-Reitor, Professor *Vahan Agopyan*, em nome de quem saúdo os Pró-Reitores e Diretores de Unidades e Institutos de nossa Universidade, bem como ilustres Dirigentes Universitários de outras Faculdades de Direito;

- Excelentíssimo Senhor, Ministro *Ricardo Lewandowski*, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal e nosso estimado colega de Congregação;

- Excelentíssimo Senhor Professor *Antonio Magalhães Gomes Filho*, meu diretor, a quem agradeço pela reiterada prova de antiga e fecunda amizade;

- Excelentíssimo Senhor Prof. *Ignacio Maria Poveda*, Secr.-Geral da USP;

- Excelentíssimo Senhor Professor *Miguel Reale Júnior*, decano da nossa Congregação, a quem muito honrado agradeço as palavras generosas, e, em nome de quem, cumprimento todos os colegas de docência;

- Excelentíssimo Senhor Desembargador *Fábio Prieto*, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região;

- Excelentíssimo Senhor Des. *Hamilton Akel*, Corregedor Geral de Justiça do TJSP, em nome de quem cumprimento todos os membros do PJ presentes;

- Excelentíssimo Senhor Doutor *Álvaro Augusto Fonseca de Arruda*, Procurador-Geral de Justiça em exercício, em nome de quem cumprimento todos os membros do MP aqui presentes;

- Excelentíssimo Senhor Doutor *Marcos da Costa*, Presidente da OAB, Seção de São Paulo;

- Excelentíssimo Senhor Doutor *Sérgio Rosenthal*, Presidente da minha querida AASP;

- Excelentíssimo Senhor Doutor *José Horácio Resende Ribeiro*, Presidente do IASP, em nome de quem cumprimento todos os demais advogados presentes;

* Professor Titular do Departamento de Direito Processual da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

- Excelentíssimo Senhor Embaixador *Fernando de Mello Barreto*, em nome de quem cumprimento todas as demais autoridades já nomeadas;

- Agradeço outrossim a presença de meus estimados Colegas da Turma de 1978;

- Da minha mãe Tereza Tucci, que sempre me incentivou;

- Da minha mulher, Cibele Tucci, meu alicerce, pelo constante apoio, e dos nossos quatro filhos, Rogério, Rafael, e as gêmeas Amanda e Bianca, e dos demais queridos familiares;

- Agradeço ainda a honrosa presença de todos os Amigos, Alunos e Servidores nesta solenidade de posse.

- Minhas Senhoras e meus Senhores:

Hipnotizado, tomado por uma natural ansiedade e, ao mesmo tempo, muito feliz, foi com esse sentimento, que, há exatos 40 anos, transpus estas Arcadas, como aluno do 1º ano do curso diurno.

Fascinado pela profissão de meu pai, especialmente pelas questões jurídicas que de longe suscitavam a minha curiosidade, acalentava o sonho de estudar Direito na tradicional Faculdade do Largo de São Francisco, então considerada não apenas a mais importante, como também a melhor Faculdade de Direito do Brasil.

Afinal, egressos desta prestigiosa instituição, 10 Presidentes da República, 45 Governadores da Província e, sucessivamente, do Estado de São Paulo, inúmeros ministros de Estado, ministros dos tribunais superiores, parlamentares, além de um significativo número de juristas e renomados operadores do direito.

Notória é a importância política que estas Arcadas conquistaram ao longo de nossa história, com expressiva e determinante participação na defesa da democracia, especialmente nos momentos em que a força conspirou contra os direitos individuais.

Exemplo marcante desse relevante papel foi a Carta aos Brasileiros, redigida e lida pelo saudoso Professor Goffredo da Silva Telles, em 1977, em nosso pátio, a céu aberto. Nas palavras de Celso Lafer, “*a carta teve como ponto de partida a herança do que se ensina numa faculdade de direito. Teve como ponto de chegada anunciar a erosão do regime autoritário militar instaurado em 1964 ao catalisar, no país, a consciência do imperativo do Estado de Direito*”.

Todavia, o peso desta inequívoca tradição de glórias, na luta pela liberdade e pela cidadania, construída nestes quase 190 anos, não nos credencia a descurar a excelência acadêmica.

É sempre oportuno lembrar que o nosso precípua escopo, como educadores, é ensinar o Direito, sem qualquer concessão ao método ferido pela obsolescência e distanciado de uma visão crítica.

A busca pela segurança jurídica, como ressalta Ovídio Baptista da Silva, que o racionalismo pretendeu infundir por meio do recurso à metodologia das ciências da natureza ou da matemática, dando origem ao normativismo jurídico, fez com que a doutrina e o ensino universitário suprimissem o estudo dos “casos”, preocupando-se, tanto nos manuais, quanto na docência, apenas com a norma, com absoluto desprezo ao fato jurídico. A separação entre direito e fato, inspirada nos dois mundos kantianos, o mundo do ser e o do dever ser, que tem raízes nos filósofos do século XVII, até há pouco tempo, marcava boa parte da literatura jurídica nacional. Ainda hoje, por paradoxal que possa parecer, não é raro ocultar-se do aluno a essencial dimensão problemática do direito, que só pode ser compreendido muito depois, mediante um longo aprendizado profissional, tendente a desfazer as ilusões que a universidade lhe inculcara.

No entanto, como já vaticinara Weber, o domínio do trabalho científico não tem por base as conexões objetivas entre coisas, mas as conexões conceituais entre problemas.

Ocioso é dizer que nestas últimas duas décadas a ruptura de estruturas e de paradigmas tem caracterizado a complexa sociedade do nosso tempo, em suas legítimas esferas particulares, a partir de novas descobertas científicas, das alterações do meio ambiente, do incremento da tecnologia da informação que propicia a celebração de diversificados negócios em tempo real, do ativismo digital, da repercussão dos interesses metaindividuais, da judicialização da política, das significativas mutações no âmbito do direito de família, e ainda de muitos outros fenômenos dignos de proteção jurídica.

Esse conjunto de aceleradas transformações sociais têm, por certo, exigido imediatas respostas no plano técnico jurídico.

Como instituição vocacionada à reflexão, produção e transmissão do conhecimento humano, a universidade pública, no mundo moderno, deve ser livre e autônoma para cumprir a relevante finalidade social e política que lhe é reservada. Para atingir esse ideal, além do dever de zelar pela administração adequada de seus recursos, cumprindo múltiplas e necessárias exigências operacionais e atingindo determinados índices de desempenho, a vertente acadêmica é que legítima o papel fundamental da universidade pública na era da globalização.

Assumindo a honrosa função de Diretor com um mandato de 4 anos, não apenas me preocupo com o presente, mas igualmente com o futuro.

Tenho convicção de que minha imediata incumbência desdobra-se em duas diferentes vertentes.

Em primeiro lugar, a de implementar meios para otimizar a integração física entre este prédio histórico e os edifícios anexos, a garantir um mínimo de sinergia, conforto e, sobretudo, segurança aos nossos alunos e servidores técnicos. Para tanto, valendo-me desta sessão pública, anuncio que baixei nesta data portaria instituindo uma Comissão com o objetivo de viabilizar as reformas exigidas para a criação de um *campus* urbano, na certeza de que o Magnífico Reitor, que declaradamente apoia a iniciativa, com a prudência e a experiência de administrador que lhe caracterizam, atenderá, na medida do possível e no momento oportuno, às necessidades mais prementes da Faculdade de Direito.

Muito mais importante, contudo, é a outra vertente, vale dizer, o aperfeiçoamento da grade curricular em prol da excelência acadêmica.

Por feliz coincidência, na primeira reunião da Congregação por mim presidida, no último dia 13 de março, iniciou-se a discussão para a aprovação de nosso novo Projeto Político Pedagógico, fruto de um detido trabalho elaborado pela Comissão de Graduação, durante mais de 2 anos de estudos, que tem procurado absorver, tanto quanto possível, as principais reflexões da comunidade universitária da Faculdade de Direito, com a preocupação de reformar o curso jurídico, firme na percepção de que ensino, pesquisa, cultura e extensão à comunidade constituem atividades fundamentais que se complementam, em benefício do aprimoramento de um projeto institucional complexo, com o declarado escopo de superar dificuldades e modernizar suas estruturas educacionais e, ao mesmo tempo, aprofundar a inserção da Faculdade de Direito, nas diversas áreas do conhecimento, no contexto científico internacional.

Delineia-se imperioso portanto que, em conjunto, continuemos redesenhando o ensino jurídico, para que possamos oferecer uma formação humanística cada vez mais ampla, crítica e consciente, valendo-nos de instrumental pedagógico especializado para estabelecer uma interação entre sociedade e universidade, numa matriz realmente democrática, visando a fortalecer os atos de ensinar, de aprender, e de moldar operadores do direito dotados de consistente capacidade.

Além da sua missão de formar profissionais para as diferentes carreiras jurídicas, que atuem com ética e senso de cidadania, a nossa Instituição tem também a obrigação de contribuir com a formulação de políticas públicas, que ajudem a melhorar a vida da sociedade e a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e humana.

Como se colhe da justificativa do referido Projeto Pedagógico: “este é nosso principal desafio: conciliar as necessidades de demanda com a tradição da mais antiga Faculdade de Direito do país. Articular o convívio das pessoas com as singularidades que nos identificam. Servir à sociedade paulista e brasileira, a partir de uma pluralidade democrática engajada no processo de aperfeiçoamento e transformação social”.

Mas todo este esforço ainda não é suficiente. Se temos efetiva aspiração de consolidar a excelência em nosso mister de educadores do direito, sobretudo para assegurar a posição destacada da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco no cenário acadêmico de nosso país, não podemos agir de forma isolada. Todos e cada um de nós deve se envolver nessa importante agenda.

O comprometimento dos protagonistas da vida acadêmica em torno dessa nova dinâmica de ensino é a chave para o nosso sucesso. Sem esta mútua e determinada cooperação não há como erigir um relacionamento adequado entre as partes que ensinam e que aprendem o direito.

Como vetor de integração, o ensino deve alavancar cada vez mais a pesquisa e a extensão, de tal forma que esta conjugação redunde em resultados institucionais que propiciem a formação integral de nossos alunos, ao mesmo tempo em que tragam maior qualidade e visibilidade ao processo educacional.

Assim, entendendo propícia a oportunidade, conclamo os meus colegas de docência, bem como os alunos e servidores técnicos e administrativos desta Escola a estabelecerem um pacto de comprometimento, um compromisso de recíproca dedicação em busca da excelência do ensino jurídico.

Na verdade, meus senhores e minhas senhoras, efêmero é o ideário daqueles que pretendem construir e implementar projetos desprezando sugestões e participação de seus pares. Suas obras têm a duração das rosas de Malherbe: fenecem num piscar de olhos!

É evidente que, nesse contexto, não raro, emergem muitas teses e antíteses do debate acerca de divergentes pontos de vista, baseados em diferentes ideologias. Todavia, tais “adversidades” contribuem para o extraordinário progresso do conhecimento, no perene desafio de romper com a ortodoxia ainda vigente em algumas áreas da ciência jurídica.

O ambiente de permanente diálogo que deve nortear as atividades da Faculdade de Direito tende a fomentar o ensino, pesquisa e extensão, com significativo reflexo no êxito da finalidade acadêmica. A dialética científica, ínsita à própria noção de universidade, é pautada pela mais absoluta liberdade de expressão, apenas encontrando limite no respeito mútuo que sempre se recomenda prevalecer, em prol do convívio harmônico dos protagonistas da vida universitária.

Bem destacou Miguel Reale Júnior: *“Só ao revelarmos respeito ao diálogo e à tolerância podemos reclamá-los do nosso interlocutor. E assim, iremos recolher o reconhecimento da comunidade científica, por mostrar que a coragem reside muitas vezes na prudência para abrir caminhos e não na temeridade de obstruí-los”!*

Resgatada a nossa autoestima, o Vice-Diretor e eu, temos fê de que, com o empenho de todos - docentes, alunos e servidores -, no rumo desse horizonte, agora apenas esboçado, voltará a fazer sentido cantarmos em coro:

“Onde é que mora a amizade?

Onde é que mora a alegria?

No Largo de São Francisco,

Na velha Academia.” !



Prof. Titular José Rogério Cruz e Tucci